Modelo de Declaração de Compromisso de Honra

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

………………………………………………………..., titular do BI/CC n.º …………………………….., residente ………………………………………, na qualidade de representante legal/sócio/gerente/diretor/administrador da ………………………………………………….., número de identificação fiscal …………………………………., com sede em…………………………………….., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada bem como qualquer um dos titulares dos respetivos órgãos sociais (caso aplicável) não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo nº 55 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP):

1. Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeito a qualquer meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer situação análoga, ou que tenha o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrar abrangido por um plano especial de recuperação de empresas ao abrigo da legislação em vigor;
2. Não foi condenado (a), por sentença transitada em julgado em Portugal ou no estrangeiro, por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional, nomeadamente por abuso de confiança, burla, extorsão, insolvência dolosa, suborno, corrupção ou branqueamento de capitais, nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional (1);
3. Se encontra em situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a);
4. Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português (ou no Estado de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a);
5. Não foi objeto de aplicação de qualquer das sanções acessórias previstas na alínea e) do n.º 1, do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71ª da Lei n.º 19/2012, de 08 de maio, e no artigo 460ª do Código dos Contratos Públicos (2);
6. Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código de Trabalho (3);
7. Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial para utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado membro de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a); (4)
8. Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

.…(local), ….. de (dia) …... de (mês) ..… (ano)

(assinatura do representante conforme BI/CC)

(1) Se for objeto de condenação, indicar se, entretanto ocorreu a respetiva reabilitação.

(2) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(3) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(4) Declarar consoante a situação.